O principal limite ao poder de tributar reside na vontade popular

» ELIANE BARBOSA DA CONCEIÇÃO
Parceira da Plataforma Justa, professora da Unilab-CE, pesquisadora do FGV-CEAPG, doutora em administração de empresa (FGV-SP)

No mês passado, o governo encaminhou ao Congresso Nacional proposta que prevê a isenção do Imposto de Renda das Pessoas Físicas para os 10 milhões de brasileiros que recebem até R$ 5 mil por mês. O projeto prevê também o alívio parcial da carga para os salários que, acima do limite apontado, chegam a R$ 7 mil ao mês. A iniciativa cumpre uma promessa de campanha do presidente Lula e, embora muito ainda reste a ser feito, representa um importante passo em direção à justiça tributária no país.

Junto com o projeto de lei enviado ao Congresso, o Ministério da Fazenda lançou cartilha destinada à população brasileira. Nela explica, de modo bem acessível, as mudanças propostas no referido projeto. Aqui, não quero discutir a intenção da Esplanada ao disponibilizar a cartilha. Alguns atribuem o movimento aos resultados das últimas pesquisas de avaliação do governo, mas isso não vem ao caso aqui. O que me importa é o movimento em si: partilhar com o povo esse tipo de informação, apresentando em linguagem do dia a dia as questões implicadas na política proposta.

Está passando da hora de a população participar ativa e diretamente (nos termos da Constituição) das decisões concernentes à atividade financeira do Estado, nomeadamente tributação, orçamento e dívida pública. Não podemos deixar ficar como está. A cada vez mais alargada base da pirâmide e a achatada classe média pagam a conta do Estado brasileiro, especialmente quando consideramos que a classe dominante se apropria de mais de 40% do orçamento público, por meio do esquema da dívida.

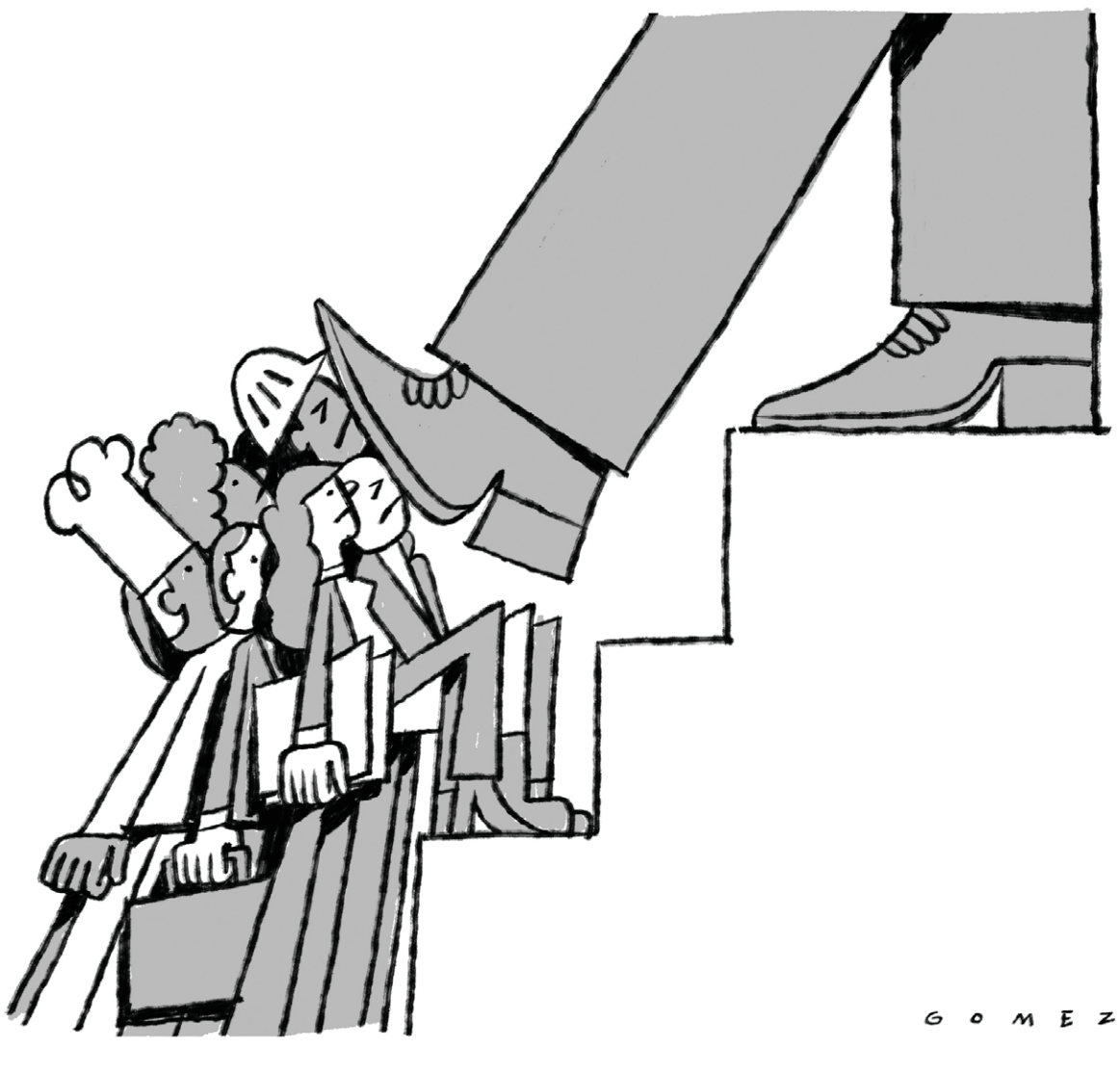
O projeto encaminhado ao Congresso é um início de um processo maior, requerido para alterar esse quadro. Pode ser dividido em duas partes: uma que trata da elevação da isenção e outra que cria um aumento progressivo da alíquota do IR para o 0,13% que aufere os maiores rendimentos no Brasil. Ambas são medidas necessárias e urgentes, sinalizando tanto uma busca por valores mais altos de justiça econômica como um compromisso com os princípios da capacidade contributiva e do não confisco.

As duas partes acabam também por afetar questões mais práticas ligadas ao desenvolvimento social e econômico e à administração pública federal. Nesse quesito, a primeira gera benefícios para a população e para o país por disponibilizar mais dinheiro nas mãos do povo, o que se traduz em mais consumo, que, por sua vez, impulsiona o crescimento econômico e gera mais empregos. Representa ao mesmo tempo menos recursos no fundo público. A segunda oferece a solução para esse desafio, prevendo caminhos de suprir o erário dos numerários que deixará de arrecadar dos mais empobrecidos.

Desde a apresentação da proposta, a mídia vem reportando a visão de parlamentares sobre o projeto do Executivo. Havendo entre eles aqueles que o apoiam irrestritamente e outros que o acolhem apenas na sua primeira parte. Os últimos sugerem alternativas outras, que não a taxação dos super-ricos, para a recomposição do fundo público, como a revisão de benefícios fiscais concedidos a grandes empresas. Há também aqueles que consideram que a proposta governamental representa um risco fiscal, chegando alguns a sugerirem que, com a medida, o governo fará um rombo nos cofres públicos. O que para eles representa um erro grave, que "vai prejudicar ainda mais a economia e os contribuintes", disse um senador.

Ora, está muito evidente na Cartilha que, neste país, os muito ricos quase não pagam tributos. Além disso, há muito sabemos que, como ficou popularizado por Thomas Piketty, a redução da taxação dos mais ricos, meta perseguida por muitos países a partir da década de 1980, não trouxe maior crescimento econômico, nem investimento, nem maior nível de emprego, como preconizavam os propulsores da ideia. Trouxe, na verdade, uma elevação sem precedentes das desigualdades sociais.

É necessário tributar os super-ricos, sim! O país precisa se unir em torno dessa ideia. A Cartilha traz informações que deveriam indignar a população. Por que o salário dos trabalhadores é tributado em até 27,5% e o rendimento dos milionários teriam alíquota máxima de 10%? Apenas isso deveria levar milhões de brasileiros às ruas, a lutar contra as injustiças fiscais e pela dignidade de todos. Depende de cada um de nós, relembrando a lição de Hugo de Brito Machado: "o principal limite ao poder de tributar reside na vontade popular".



Semana S: o Brasil que dá certo se mostra à população

» JOSÉ ROBERTO TADROS
Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

Em maio, daremos início à Semana S do Comércio, uma mobilização nacional que reúne CNC, Sesc, Senac, federações estaduais e sindicatos empresariais para mostrar o impacto que o Sistema Comércio tem na vida dos brasileiros. Em um momento de desafios econômicos e sociais, é fundamental evidenciar o que funciona, o que gera resultados, o que constrói cidadania — e esse é o propósito da iniciativa.

Mais do que ações pontuais, a Semana S é uma vitrine da atuação conjunta e contínua das instituições que compõem o Sistema. A CNC, como entidade representativa do setor terciário, articula a defesa dos empresários do comércio de bens, serviços e turismo junto aos três poderes e nas três esferas da Federação. Por meio de 34 federações e mais de mil sindicatos, conhecemos de perto as demandas da base produtiva e trabalhamos para melhorar o ambiente de negócios e reduzir o custo de empreender no Brasil.

Sesc e Senac são os braços sociais e educacionais dessa estrutura. O Sesc, em 2024, alcançou 109 milhões de participações em suas atividades. São mais de 10,5 milhões de credenciais válidas, o que demonstra a confiança da população nos serviços oferecidos. O programa Mesa Brasil assiste, mensalmente, mais de 2,3 milhões de pessoas com alimentos e ações de combate ao desperdício, reforçando o compromisso com a segurança alimentar e o combate à fome em larga escala.

Na educação, o Sesc somou 1,73 milhão de inscrições em 53.928 ações, incluindo desde a educação básica (infantil, fundamental, médio e EJA) até atividades de formação complementar. Em saúde, foram 5,3 milhões de ações, com destaque para os mais de 612 mil inscritos em atividades de saúde bucal e 2,4 milhões em outras ações preventivas. A oferta de refeições e lanches ultrapassou 53 milhões de unidades, em um esforço que garante alimentação digna a milhares de brasileiros diariamente.

No campo da cultura, houve 758 mil inscrições em ações formativas, além de 5 milhões de consultas e empréstimos em bibliotecas. O lazer também teve números expressivos: 1,8 milhão de inscrições em atividades físicas e 1,05 milhão em turismo social, totalizando 2,1 milhões de participações em viagens e excursões. Destacam-se ainda 66,6 mil ações voltadas à terceira idade e 9 mil ações de desenvolvimento comunitário, refletindo o compromisso com o envelhecimento ativo e o fortalecimento de vínculos sociais.

Essa entrega só é possível graças a uma infraestrutura sólida: 642 unidades fixas, 151 unidades móveis, 245 escolas, 432 bibliotecas, 252 clínicas odontológicas, 440 restaurantes, 957 espaços esportivos, 119 teatros, 47 cinemas e diversos espaços culturais e expositivos, distribuídos em 341 municípios brasileiros.

Já o Senac reafirma sua posição como referência na formação profissional de excelência. Em 2024, foram concluídas 949.888 matrículas em formação inicial e continuada, 148.706 em cursos técnicos de nível médio e 31.406 no ensino superior. A instituição está presente em 2.182 municípios, com 433 centros de educação profissional, 329 polos de EAD, 89 carretas-escola e uma balsa-escola — um modelo de mobilidade educacional raro e eficiente. São mais de 36 mil colaboradores, entre efetivos, temporários e aprendizes, comprometidos com a transformação por meio do conhecimento.

É importante destacar que os recursos que financiam essas ações são privados — oriundos da contribuição compulsória de empresas do setor — e geridos com total transparência. O Sistema S está entre os mais auditados do país, com controles internos rigorosos e fiscalizações permanentes por órgãos como TCU e CGU. É gestão técnica, apartidária e voltada ao interesse público.

Mas o mais relevante é o impacto social. Num país marcado por desigualdades históricas, Sesc e Senac promovem inclusão com eficiência. Chegam onde o Estado nem sempre alcança, acolhem quem mais precisa, oferecem portas de saída para situações de vulnerabilidade e oportunidades reais para quem busca desenvolvimento pessoal e profissional.

Por isso, a Semana S não é apenas uma campanha: é um manifesto em favor do Brasil que trabalha, educa, acolhe e transforma. É também uma demonstração pública da força institucional de um sistema que entrega valor — para empresários, trabalhadores e sociedade.

Convido, em primeiro lugar, os empresários e trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo a se engajarem ativamente nessa mobilização. Esta é também uma celebração da sua contribuição silenciosa, mas fundamental, para um país mais justo e produtivo. E convido toda a sociedade a participar da programação. Em milhares de unidades do Sesc e do Senac em todo o país, haverá atividades gratuitas, acessíveis e transformadoras.

A Semana S é o reflexo do Brasil que dá certo — e o Sistema Comércio tem orgulho de construir esse país todos os dias.

ObservaDF: extensas jornadas e discriminação salarial de gênero e raça no mercado de trabalho para jovens

» ANDREA FELIPPE CABELLO
Mestre e doutora em economia pela Universidade de Brasília (UnB), é professora de economia na UnB

» GUILHERME VIANA
Graduado em estatística, é mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGECO) pela UnB

O mercado formal do Distrito Federal e dos municípios da Periferia Metropolitana de Brasília (PMB), formada por municípios goianos lindeiros ao DF, apresenta grandes diferenças associadas às suas estruturas produtivas. Enquanto o DF tem sua economia composta majoritariamente por serviços, os municípios de seu entorno têm economias voltadas a atividades primárias, como agropecuária, comércio e pequenas indústrias. Essas diferenças afetam as oportunidades à disposição dos jovens, entre 18 e 29 anos, que se inserem no mercado de trabalho formal, foco da última pesquisa do Observatório de Políticas Públicas do Distrito Federal (ObservaDF).

Três principais questões nos chamaram especialmente a atenção, que apontam para diferenças estruturais entre o mercado formal do DF e o da PMB. A primeira diz respeito ao número de horas que os jovens trabalham. A segunda relaciona-se com as oportunidades existentes na PMB para o trabalho feminino. E a terceira refere-se à empregabilidade de jovens pretos, pardos e indígenas no DF.

Tanto no DF quanto na PMB, prevalece a jornada de 41 a 44 horas entre os jovens empregados no mercado formal, independentemente da escolaridade do jovem. Entretanto, quando se consideram as jornadas com menos horas, elas são mais comuns no DF do que na PMB, e entre jovens com níveis de escolaridade maior. Ou seja, à medida que o nível de escolaridade do jovem trabalhador aumenta, o número de horas contratadas tende a reduzir. Jovens que interrompem os estudos para trabalhar tendem a ser inseridos em ocupações precárias e de baixa remuneração, configurando uma armadilha de pobreza intergeracional: sem qualificação adequada, dificilmente alcançarão melhores oportunidades profissionais, perpetuando condições socioeconômicas desfavoráveis para si e suas famílias.

No DF, o total de trabalhadores jovens no mercado formal é dividido de forma mais equilibrada entre homens e mulheres: 53,7% são homens e 46,3% são mulheres. Já na PMB, 60,1% são homens, e 39,9%, mulheres, sugerindo que os empregos disponíveis para os jovens na PMB são predominantemente masculinos. Além disso, no DF, o salário dos homens é 4% maior que o das mulheres, enquanto na PMB é 12% maior, reforçando essa percepção. Essa falta de oportunidade pode estar relacionada com o padrão produtivo da PMB. De qualquer forma, isso é preocupante, pois indica que as mulheres dessas localidades são obrigadas a buscar empregos longe de suas residências.

Também nos chamou a atenção questões relacionadas ao emprego de trabalhadores jovens PPI (pretos, pardos e indígenas) e não PPI (os que não se encaixam em uma dessas categorias, logo, em sua maioria, brancos). No DF, o salário dos identificados como não PPI é 29% maior que o salário dos identificados como PPI, enquanto na PMB é 7% maior. Aqui não nos parece ser algo ligado a um problema de estrutura produtiva e sim algo mais grave, associado possivelmente a questões de discriminação que merecem estudos mais aprofundados para investigar sua real natureza.

Além de estudos para aprofundar essas questões, chamamos a atenção para a necessidade de discussão de políticas que poderiam amenizar os padrões de desigualdade observados, notadamente programas de assistência estudantil e/ou de transferência de renda voltados para a permanência de estudantes entre o final do ensino fundamental e o início do ensino superior. O pé-de-meia, programa federal, busca preencher essa lacuna, atendendo a estudantes cadastrados no CadÚnico ou provenientes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas o programa é recente e a discussão em torno disso é bastante incipiente — dado o potencial transformador de uma política dessas, chamamos a atenção para sua relevância e urgência de debate. Para mais detalhes, convidamos acessar o link com o relatório de pesquisa completo: *https://observadf.unb.br/wp-content/uploads/2025/04/ObservaDF-Abril-2025-1.pdf.*